

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA – FAFICH/UFMG
DEFESA DISSERTAÇÃO

AUTOR:

BRENO PEDERCINI DE CASTRO

TÍTULO:

*“SAÚDE MENTAL”, TERRITÓRIOS E PARTICIPAÇÃO
EM POVOS INDÍGENAS:*

*uma etnografia das retóricas institucionais em instâncias estatais na saúde
indígena de Minas Gerais e Espírito Santo*

BANCA EXAMINADORA:

Andréa Luisa Zhouri Laschefski (Orientadora) – PPGAn/UFMG

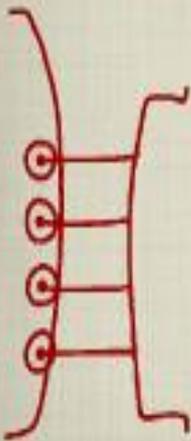
Cláudia Maria Filgueiras Penido – FAFICH/UFMG

Ana Flávia Moreira Santos – PPGAn/UFMG

DIA : 02/07/2019 – Terça-feira

HORÁRIO: 10:00 hs

**LOCAL: Auditório Carangola - 1º andar do Prédio da FAFICH /UFMG
(Endereço: Av. Antonio Carlos, 6.627 – Campus Pampulha)**



Resumo

A presente dissertação aborda a questão da “saúde mental” em povos indígenas no Brasil, categoria comumente utilizada no campo da Saúde Indígena para se referir aos casos do uso prejudicial de álcool, aos suicídios e/ou aos transtornos psiquiátricos quando verificados em sociedades indígenas. O termo aparece entre aspas, uma vez que se opera com uma categoria ocidental aplicada a certos fenômenos de saúde/doença quando verificados em sociedades indígenas. O estudo se concentra na construção da política específica para lidar com o tema por parte de duas instâncias estatais na escala regional, o Distrito Sanitário Especial Indígena de Minas Gerais e Espírito Santo (DSEI-MG/ES), responsável pela assistência à saúde dos povos nesses estados, e a Coordenação Regional de Minas Gerais e Espírito Santo da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), órgão indigenista oficial do Estado Brasileiro regionalmente, ambas localizadas no município de Governador Valadares, em Minas Gerais. Enfatiza-se a importância de consideração simultânea dos impasses dos territórios e da participação no estudo das situações do uso prejudicial de álcool, suicídios ou transtornos psiquiátricos entre os povos indígenas. Contudo, baseado em um levantamento realizado na literatura, poucos materiais conjugam esses dois fatores na análise da questão, privilegiando ora o impacto das violações territoriais sobre a saúde indígena, ora a importância do controle social na construção de intervenções. Além disso, produções ao nível de pós-graduação em Antropologia Social que investiguem a construção institucional de planos de intervenção pelas agências governamentais, são incipientes. Esta dissertação pretende contribuir para esta lacuna, no sentido de um estudo que aborde tais impasses, pois a compreensão e os planos de intervenção sobre a “saúde mental” devem considerar o contexto histórico e sociocultural dos povos indígenas, nos quais os direitos territoriais interferem tanto nas condições de saúde/doença quanto no modelo de atenção proposto pelo Estado. Objetivou-se a compreensão do processo de construção institucional da política para lidar com a temática pelas agências governamentais corresponsáveis, a análise de documentos oficiais e a produção acadêmica atual sobre a saúde mental em povos indígenas, de modo a contribuir com um estudo de instância estatais acerca da saúde mental.